

Violência doméstica, maternidade e homossexualidade: práticas que se encontram num contexto brasileiro de relações lésbicas*

Érica Renata de Souza**

Resumo

A violência contida nas relações domésticas e afetivas entre mulheres lésbicas que entrevistei na região de Campinas (SP), para minha pesquisa de doutorado, constituiu-se como um dado proeminente, uma informação inesperada que o campo me apresentou, um desafio, por tratar-se de um tema delicado, dentro de um assunto ainda estigmatizado que é a homossexualidade. Em outras palavras, as questões com que me deparei foram: como expor a prática da violência entre lésbicas sem oferecer elementos para uma leitura enviesada da construção de uma relação causal, essencialista, entre esses dois temas? Por que, no Brasil, as relações afetivas entre lésbicas são, por vezes, marcadas pela violência doméstica? E, por fim, por que a maternidade e a homossexualidade são entendidas como práticas excludentes? São estas questões e dados da minha tese de doutorado que pretendo apresentar e discutir nesta comunicação.

Introdução

Há, no Brasil, uma trajetória de estudos de família que há décadas iluminam nossas análises. Nos anos 90, uma outra questão veio à tona: finalmente uma luz foi lançada sobre algo que já estava lá há muito tempo, mas que até então não havia ganhado visibilidade: as famílias homossexuais. Por outro lado, a categoria “famílias homossexuais” não dá conta de explorar a particularidade dos múltiplos arranjos entre homossexualidade e parentalidade. Nesse aspecto, este artigo procura apresentar dados e reflexões sobre alguns destes arranjos quando a articulação se dá entre homossexualidade e maternidade.

* Esse artigo é parte da minha tese de doutorado, defendida em janeiro de 2005 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Mariza Corrêa.

** Docente da PUC-Campinas.

No Brasil, a grande maioria dos casos que analisei é composta por mulheres que trouxeram filhos de casamentos anteriores e posteriormente se envolveram numa relação lésbica. Desta forma, constituem famílias lésbicas não-planejadas, já que a criança envolvida não foi decisão conjunta das duas mulheres, mas sim, um tipo de arranjo em que há sempre uma mãe biológica e uma outra mulher que aceita (em níveis muito diferenciados) o exercício da maternagem. Contudo, esta nem sempre é a regra: a não-aceitação do filho da companheira também cria outros tipos de arranjos, nos quais não há co-parentalidade, pois apenas a mãe biológica continua sendo a responsável pela criação da criança.

Entretanto, independentemente da aceitação ou não-aceitação do filho da companheira, há um outro fator que se apresenta como constante na maioria dos casos: a intervenção da família extensa e a da companheira propiciam outros tipos de arranjo que trazem apoio e/ou conflito. No contexto da pesquisa que realizei, a maioria dos casos revelaram práticas de violência intra-familiar.

A violência não era um tema que, a princípio, eu pensava contemplar em minha tese. A violência contida nas relações domésticas e afetivas entre as lésbicas que entrevistei no Brasil constitui-se como um dado proeminente, uma informação inesperada que o campo me apresentou. E tornou-se meu maior desafio por se tratar de um tema delicado, dentro de um assunto estigmatizado, que é a homossexualidade. Em outras palavras, a questão com a qual me deparei foi: como tratar a relação entre homossexualidade e violência sem permitir que essa relação ganhe uma aparência de causa e efeito, por se tratarem de temas ainda pouco compreendidos pela sociedade em geral? Como expor a prática da violência entre lésbicas sem oferecer elementos para uma leitura enviesada da construção de uma relação causal, essencialista, entre esses dois temas? Por que as relações afetivas entre lésbicas são marcadas pela violência doméstica?

Minha inquietação diante de tais questões era grande, mas um dado em especial me fez refletir sobre elas. Lembrei-me de que essa não era a primeira vez que a violência atravessava, inesperadamente, um processo meu de pesquisa. Durante minha pesquisa de mestrado, sobre relações de gênero entre pré-adolescentes na escola, a violência também surgiu como um dado inesperado e que exigiu uma guinada nas reflexões. Desta forma, os estudos de gênero no Brasil e minha trajetória como pesquisadora revelaram-me uma

ligação íntima entre violência e relações de gênero. Se as relações afetivas entre lésbicas enfrentam o problema da violência, é porque suas relações se encontram no campo dos embates do gênero, os quais, na prática, ainda estão marcados por fortes estereótipos sobre a maternidade e sobre a homossexualidade feminina.

A mãe santificada x a lésbica violenta

O lugar intersticial ocupado pelas mães lésbicas tem origem numa ordem simbólica que concebe a mãe como um ser assexuado e a lésbica como um sujeito que está fora da categoria mulher (Hart, 1994). Nesse contexto, as mães que se tornam lésbicas ou as lésbicas que se tornam mães tendem a se identificar com o conceito dominante de maternidade.

A família e/ou a maternidade lésbica tem sido tradicionalmente representada por imagens de devoção: a mãe eterna, a Madonna e a criança. Ainda que tais imagens possam fortalecer a consciência das famílias lésbicas de que elas são pouco para realmente nos representar, na verdade elas persuasivamente obscurecem nossa sexualidade sob o véu do amor maternal destituído de um self¹ (Gabb, 1999, p.16).

Por outro lado, as lésbicas que não são mães biológicas parecem se identificar com um outro estereótipo: o da lésbica violenta. Os primeiros estudos em sexologia, realizados por Havelock Ellis, apresentaram a homossexualidade feminina como uma categoria associada às “raças mais inferiores” (*lower races*), às classes trabalhadoras e à criminalidade desviante. Assim sendo, a prática da homossexualidade feminina estaria disseminada nos “outros” países, como Brasil e Índia (Hart, 1994). “O invertido, no discurso sexológico, não era identificado meramente como um sujeito sexual, mas era sempre também uma entidade de raça e classe específicas”² (idem, ibidem., p.4).

¹ “Lesbian families and/or motherhood have been traditionally represented by pictures of devotion: the eternal mother, Madonna and child. Though such images may heighten the awareness of lesbian families they do little to actually represent us, if fact they arguably obscure our sexuality beneath the shroud of selfless maternal love.”

² “The invert in sexological discourse was not identified merely as a sexual subject, but was always also a race- and class-specific entity”.

Considerando que a maternidade lésbica como instituição foi criada a partir de uma perspectiva eurocêntrica branca e de classe média, a maternidade e o lesbianismo se mostram como incompatíveis. Enquanto a maternidade está associada ao cuidado, à dedicação e renúncia ao outro, o lesbianismo tem, ao longo da história, sua imagem associada à masculinização, à perversão e à violência.

Havelock Ellis, assim como Richard von Krafft-Ebing, faz parte de um grupo de sexólogos cujo discurso vigorava no final do século XIX e início do século XX sobre a homossexualidade enquanto patologia e anomalia. Para Krafft-Ebing, as lésbicas eram, numa relação reflexiva de causa e consequência, tipos masculinos e desviantes que ganhavam a classificação de "invertidas".

Não era apenas a lésbica mais degenerada a mais masculina, mas qualquer cruzamento de gênero ou aspiração aos privilégios masculinos eram provavelmente um sintoma de lesbianismo.³ (Newton, 1985, p.16).

Essa "inversão" feminina é vista por Havelock Ellis como um "degrau" da masculinidade, "parte de um instinto orgânico" (Newton, op. cit., p.18). Segundo Hart (op.cit.), a categoria do invertido é uma construção histórica que patologizou e criminalizou o lesbianismo, deslocando a ameaça de um "desvio" sexual feminino para os domínios de raça e classe. Enquanto isso, a categoria "mulher" aparece como uma construção purificada (Hart), ou sanitizada (Gabb, 1999) que tem por modelo a mulher branca de classe média e alta, cujo corpo se apresenta como o santuário da maternidade como instituição.

Numa via de mão dupla, ao mesmo tempo em que a ameaça de um "desvio" sexual feminino é deslocada para os domínios de raça e classe, a agressividade feminina é deslocada para o domínio do lesbianismo, apresentado como sexualidade desviante. No outro pólo do discurso binário entre a "lésbica" e a "mulher", o ideal vitoriano da mulher branca cujas características são a piedade, a maternidade, a falta de desejo sexual, a fraqueza e a falta de inteligência mantém as "mulheres" numa posição potencialmente incapaz de violência.

³ " Not only was the most degenerate lesbian the most masculine, but any gender-crossing or aspiration to male privilege was probably a symptom of lesbianism."

Ao contrário da mulher-mãe-assexuada, a lésbica é concebida como um ser sexual e capaz de ação, que se apropria de um elemento tido como exclusivamente masculino: o desejo. Nesse processo, o sistema é, ao mesmo tempo, mantido e corrompido. Segundo a teoria da inversão, é a usurpação do privilégio masculino pela invertida que define a sua sexualidade e a sua perversão, gerando um desejo sexual de caráter agressivo. Ellis procura demonstrar, através da análise de vários casos, que a homossexualidade feminina está totalmente atrelada às práticas violentas. No entanto, esta violência é apresentada como propriedade das “verdadeiras invertidas”, transformando-se num poderoso discurso sobre a homossexualidade feminina na história do Ocidente (Hart, op.cit.). Neste discurso, a violência e o desejo aparecem como identificadores da masculinidade, e o corpo lésbico, como fonte de agressão. “A masculinidade é verificada tanto pelo desejo ativo quanto pela agressão⁴” (Hart, op.cit., p. x). Nesse espaço intersticial, a lésbica aparece como uma “não-mulher” violenta.

As formas da violência

Nos interstícios dos símbolos culturais dominantes, a homossexualidade, bem como suas formações familiares, exploram as ambigüidades e criam seu próprio espaço de significação. Nesse contexto, as mães lésbicas, diante da ambigüidade em que a sociedade as aloca, por articularem identidades supostamente exclusivas, de mãe e de lésbica (Robson, 1994), mantêm vínculos com uma extensa rede, de parentes e amigos, em busca de apoio, ora para sua homossexualidade, ora para sua maternidade, mas, na maior parte do tempo, para a articulação destas duas identidades. Nesse interstício de ambigüidades em que vivem, deparam-se com o fato de que esta rede extensa, e mesmo suas próprias companheiras, em determinados contextos e momentos, podem também se transformar em fonte de hostilidade ou violência, ou mesmo em um jogo ambíguo entre violência e apoio. Ainda que a pesquisa tenha sido muito mais ampla e eu esteja usando muitas de suas referências nesse artigo, ilustrarei esse tópico através de apenas dois casos.

No caso de Roberta, por exemplo, a relação com o ex-marido e a família deste representavam a violência e a incompreensão. Quando Roberta negou que seu ex-marido

⁴ “Masculinity is as much verified by active desire as it is by aggression.”

buscasse os filhos, Adriano então foi à casa de Roberta e Livia “e deu uma baixaria danada!”, segundo Livia. A boa relação de Livia com os filhos de Roberta praticamente acabou neste dia. “E aí a resposta dele foi o processo. Ele é de uma família rica, então foi muito fácil.” E, segundo Livia, a Justiça também apresentou entraves para a sua boa relação com os filhos de Roberta:

O processo não durou oito meses, ele deve ter durado um ano e meio, uma coisa assim. Foi algo que foi se arrastando porque acho que o juiz não sabia o que fazer. De um lado, ele tinha uma mãe homossexual; do outro lado tinha um pai cocainômano. ‘Opa! Que que eu faço aqui?’ Ele era claramente preconceituoso. [...] Eu tinha que sair. Porque ele [Adriano] me apresentava como uma sapatão tradicional, que amarrava os seios e ele dizia... tá no processo isso! (risadas)

Livia disse que Adriano “fazia um jogo” com os filhos quando estava com eles, colocando-os numa relação de conflito com a mãe. Segundo ela, o pai utilizava termos pejorativos para se referir à homossexualidade da mãe. Mas, posteriormente, também ficaram sabendo que “o Pedro fazia o jogo dele.” Adriano moveu o processo pela guarda dos filhos depois de um ano e meio de coabitação do casal. Pedro, então com aproximadamente doze anos, foi a testemunha de acusação contra a mãe no processo. Livia conta que, depois disso, nunca mais teve vontade de se aproximar do garoto. Descreve: “Foi uma piração! E nessa piração toda, estavam as crianças.”

Desde que Roberta declarou a todos (com exceção dos filhos) a sua relação com Livia, o ex-marido e a família deste transformaram-se numa fonte constante de hostilidade, utilizando-se de todos os recursos a fim de separar Roberta de seus filhos. Nesse sentido, referiam-se à Roberta como “sapatão” nas conversas com as crianças, Adriano apresentava um comportamento constantemente agressivo em relação à Roberta e à Livia, e uma longa batalha judicial foi travada. Ao mesmo tempo, Roberta e Livia encontravam o apoio que precisavam para sua família no Candomblé, no qual, segundo Pedro, o filho mais velho, a homossexualidade era bem aceita.

No entanto, apesar do apoio encontrado na “religião”, Livia diz que a intervenção do ex-marido e da família deste deteriorou, ao longo de um ano e meio, a sua relação com Roberta e as crianças. Livia deixou a casa de Roberta sob ordem judicial. Os garotos

continuavam buscando a companhia do pai nos finais de semana, mas segundo Livia, Adriano desaparecia por longos períodos devido ao uso descontrolado da cocaína. Neste contexto, seu pai, ex-sogro de Roberta, também direcionou a ela comportamentos agressivos inúmeras vezes.

Depois de certo tempo, Livia voltou a coabitar com Roberta e os meninos. Mas, neste contexto, dizia que já não havia mais a possibilidade de qualquer relacionamento, nem com Roberta nem com os meninos. Enfatizou: “Com as crianças, impossível, impossível”. “No final, eu não tive estrutura pra agüentar tudo aquilo”.

Até este momento, Roberta e Livia nunca tinham assumido sua relação lésbica para as crianças. As crianças viam e ouviam tudo o que acontecia, mas nunca tinham ouvido uma confirmação por parte da mãe ou de Livia. A revelação aconteceu apenas no final da relação, quando a violência já não partia mais apenas do ex-marido e de sua família, mas já havia se incorporado à relação entre as duas mulheres. Foi neste contexto que a verdade explícita chegou aos ouvidos das crianças, de forma brutal:

Acho que no último dia, quando eu dei aquela pancada nela, o filho dela nos separou, o outro tava assim olhando desesperado, olhando pra minha cara, aí eu falei ‘olha, eu arranjei uma namorada e sua mãe tá louca da vida!’ Eles ficaram possessos, mas tinha que haver uma explicação! Foi um erro, foi um erro! (Livia)

O caso de Roberta revela que a hostilidade e a violência por parte do ex-marido e da família dele geraram uma situação insustentável para o seu relacionamento familiar. Neste sentido, houve uma ramificação da violência dentro da relação que mantinha com Livia. Ainda que Livia tivesse se empenhado a criar uma relação de co-parentalidade com Roberta, a intervenção do ex-marido, da família deste e da Justiça configuraram um contexto no qual Livia era identificada como “a lésbica”, “a não-mulher”, a “não-mãe”, para a qual não havia lugar naquela família. Nesse sentido, o único lugar que Livia encontrou foi o da lésbica violenta. Livia ocupou dois espaços temporalmente distintos, primeiro o da “companheira que apóia” e, posteriormente, o da “lésbica violenta”.

Já no segundo caso que citarei, a “lésbica violenta” não se apresentou como temporalmente distinta da “companheira que apóia”: a companheira da mãe biológica ocupou, desde o princípio, uma posição ambígua entre apoio e violência. Neste caso, o de

Andiara, o parentesco oferecia hostilidade e violência, enquanto os amigos transformaram-se num ponto de apoio não totalmente confiável, mas a opção “menos pior” na qual poderia se apoiar. Andiara enfrentou uma longa batalha na justiça. Primeiro pelo divórcio, depois pela guarda da filha. Neste período, recebia ameaças constantes do ex-marido, inclusive de morte, denunciada à polícia:

Andiara - O Flávio me bateu, me agrediu, com a Natália no colo. Deu um tapa na minha cara e cuspiu na minha cara na frente da Natália. Foi horrível isso...

Érica – Isso quando??

A – Quando eu tava casada com ele ainda.

E – Mas nem sabia da Cristina, nada...

A – Não. Atacado... [...]

[...]

A - Depois, tentou entrar de novo, me agredir, pegar a Natália, foi... super desagradável...

E – Aonde?

A – Na escola... e aí o... eu tava com a Natália também no apartamento, ele entrou, tentou pegar a menina... foi horrível!

Segundo Andiara, seu casamento estava falido muito antes de conhecer Cristina. Além do comportamento esporadicamente agressivo de Flávio, este também era dono de um temperamento com tendências depressivas, segundo ela. Quando sua família, de tradição católica, descobriu seu relacionamento com Cristina, opuseram-se com rigidez e violência, além de apoiarem seu ex-marido:

Eu tive um caso desagradável, porque assim, nessa história da separação, eu tava no final da faculdade, no último ano, tinha que entregar meu projeto experimental, então eu fui pra casa dos meus pais, pra me ajudarem a ver a Natália, enquanto eu terminava... eu tinha um planejamento inteiro de mídia pra fazer, era cálculo e tal. Nisso, eu ia pra faculdade, eu não tinha carro, porque eles [a família do marido] tiraram o carro de mim... foi aquela coisa. Quem me levava pra faculdade era a Cristina, lógico, meus pais não têm carro... eu ia com ela... quando eu voltei... umas onze horas da faculdade, meu pai teve um ataque... começaram a discutir comigo e meu pai, a minha mãe e meu irmão os três chegaram em cima de mim: minha mãe deu tapa na minha cara de um lado, meu pai deu tapa na minha

cara de outro, meu irmão não parava de me chacoalhar porque queria me jogar na parede pra me enforcar..... de raiva..... porque eles desconfiavam que eu estava com a Cristina.

[...]

Aí... eu passei a mão no telefone, no meio da loucura, eles me batendo, eu passei a mão no telefone e liguei pra minha irmã que morava no Rio, na época, aí minha irmã começou a falar com eles, eu saí correndo e me tranquei no quarto, onde a Natália tava dormindo e tranquei e deitei (?). No dia seguinte, eu peguei minhas coisas e voltei pro apartamento e falei: eu que reprove da faculdade, mas apanhar, eu não quero apanhar mais! Foi horrível isso! Foi horrível. Foi assim... eu fiquei... impress... e eles falavam assim pra mim: ‘a gente vai tirar a Na... nós vamos fazer... vamos ligar pro Flávio e vamo falar pro juiz que você é louca, e nós vamos tirar a filha de você’. Putz! Pra mim, uma loucura, porque até então, minha família só foi paulada, né? Família, eu acho que é... pessoas que... que gostam de você... que te amam e que tão aí pra te ajudar sempre. Por um lado, eu sempre acreditei que família... o meu pai, a minha mãe, que me geraram, me colocaram no mundo, estão aí à disposição pra me ajudar... como todo mundo fala... ‘serei sua mãe, estarei aqui... pro que der e vier’. Na hora que deu e veio, ninguém veio e ninguém deu... nada (risos), entendeu? Então, eu não entendi qual foi... eu não entendi nada! Eu fiquei completamente fora de concepção de família, porque eu esperei muito da minha família, que era o mínimo, todo o carinho do mundo, e não tive. Então, eu não sei. Hoje, eu não... eu nunca faria isso com a minha filha! Jamais eu faria isso com a minha filha! E eu fiquei falando assim: gente! Eu não fiz nada, eu não matei ninguém!

Entre o meu primeiro e o segundo contato com Andiará, ela havia rompido e reatado a relação com Cristina. Diante da hostilidade e da violência da sua família de origem e da família do ex-marido, Cristina aparecia como a única fonte de confiança, o único ponto de apoio. No período pós-separação de Flávio e sem o apoio da família, Andiará buscou toda a ajuda que precisava em Cristina, inclusive financeira, quando a justiça ainda não havia determinado a pensão que Flávio deveria pagar, e Andiará estava desempregada. Neste discurso de Andiará, em nosso segundo contato, depois de oito meses de separação de Cristina mas já juntas de novo naquele momento, a violência por parte da companheira também aparece, mas “compensada” por este reconhecimento de apoio:

No dia do meu aniversário, eu tava aqui, sentada, aqui na janela ali... e eu lembro... dá pra ver a rua lá atrás, eu tava sem falar com a Cristina, ela me perseguindo, porque ela ficou enlouquecida! Enlouquecida, possessiva, pirou a cabeça porque eu não tava com ela... como que eu tinha sumido? Falou pra todo mundo que eu tinha sumido, que não queria ficar com ela... ela não entendeu que tinha... que eu tinha que respirar um pouco. Eu fiquei com muita coisa ao mesmo tempo assim... tava muito cansada. Ai ela me viu conversando com uma outra amiga minha. Pois ela deu a volta, parou (?), invadiu o prédio, (?) invadiu, (?) já tinha ido embora... ela achou que eu tivesse com a menina. Porque tinham falado que eu tava com a menina. Ela ficou tão transtornada... ela me pegou, me bateu... aí acabou, né! Aí, ela me bateu... foi horrível, super desagradável. [...] [A Natália] Tava dormindo...aí, eu tive que ligar pro meu pai, pra minha mãe: ‘pai... a Cristina veio aqui...’ Aí que foi o pior! [...] Ela já tinha me batido e ido embora. Eu consegui fazer ela ir embora. Mas só que eu tava toda machucada. Foi horrível isso. Por isso que a gente muito tempo sem se ver e sem se falar, porque isso pra mim... é imperdoável.. Fui pro hospital, no dia do meu aniversário... aí vai o policial, faz B.O... olho roxo, corpo delito, não sei o quê... e pra explicar? ‘Mas por que? Você apanhou de quem?’, ‘da Cris...’, ‘que que ela é sua?’, aí meu irmão: ‘namorada!’, ‘ah, mas então melhor a gente não se envolver porque caso de mulher... (?) tem que fazer esse B.O., né?’. Fizeram o B.O., aí eu dei o endereço errado da casa dela de propósito... porque eu falei: eu não vou... continuar com B.O...., puta... tava..... Passei meu aniversário super mal, arrasada, nunca esperava que ela fosse fazer isso... aí, nunca mais... falei: nunca mais quero te ver. E não vi até então. Até.... vai fazer um mês que a gente se viu. Quando a gente se encontrou, no telefone, eu falei: eu não quero te ver porque eu tô muito chateada, ‘não, mas eu até entendo... pelo amor de Deus, pelo amor de Deus (?)’, e eu também tava querendo ver, porque eu fiquei com muita saudade dela, porque assim.... mal ou não, por mais que tenha sido uma loucura, me agrediu, isso e aquilo..... foi a única pessoa.... que realmente me deu apoio em todos os momentos da minha vida mesmo, de verdade! Que tava sempre ali, inclusive financeiramente. Porque eu fui abandonada!

A tensão de gênero como violência, a mãe como um não-sujeito

Por que essas mulheres, apesar da violência que as redes de parentesco – e mesmo suas companheiras - podem oferecer, continuam a esperar e/ou buscar o seu apoio?

Segundo alguns relatos, diante da hostilidade da sociedade, presume-se que ao menos “a família” de origem seja mais compreensiva, dado o suposto “amor cognato”

(Schneider, 1968) entre parentes do mesmo sangue. E, mesmo que nem sempre essa expectativa corresponda à prática, acredito que as redes de apoio que as famílias lésbicas buscam são essenciais para o reconhecimento da sua maternidade e da sua relação lésbica. Ainda que seja na forma de violência, numa forma perversa, aquela violência contra a maternidade lésbica evidencia, de certa forma, que ela existe e está sendo reconhecida. Apesar de considerada como “inaceitável”, o fato de se tornar alvo de uma negação revela que a maternidade lésbica está sendo concebida como algo “real”, “concreto”. Neste sentido, as mães lésbicas que sofrem violência muitas vezes permanecem nessa condição não somente por compartilhar referências com o/a agente agressor/a, por compreender os seus “motivos” ou por se colocar numa posição merecedora de proteção, mas também por buscar algum tipo de reconhecimento da sua condição de mãe que se encontra numa relação homossexual, ou como uma homossexual que luta por seu direito de continuar sendo reconhecida como mãe. Seja a fúria do ex-marido ou os ciúmes que a namorada tem de um filho, a ambigüidade entre a maternidade e a orientação homossexual está sempre em questão, e é esta ambigüidade que é o alvo da violência, a qual ganha concretude no corpo da mulher que vive nesse interstício.

Pesquisas conhecidas como as de Corrêa (1983) e Gregori (1992) há tempo trouxeram suas contribuições sobre as diversas formas em que a violência de gênero no Brasil é concebida, exercida e justificada, seja pela justiça, pela sociedade ou pelas próprias “vítimas”. Além disso, neste início de século, o Brasil se apresenta como um país de alto índice de violência nas suas mais diversas possibilidades, sobretudo quando o assunto é a violência doméstica.

No entanto, o desafio desta pesquisa é entender um tipo específico de violência, dentro do âmbito do gênero. Não se trata, neste caso, de nos debruçarmos à crítica e análise de um sistema que, através de estereótipos, define o lugar do homem e o lugar da mulher na sociedade através de uma relação hierárquica de poder que justifica a dominação da mulher.

O problema desta pesquisa é entender o lugar e o momento em que a prática da violência no campo do gênero não se dá apenas *contra* as mulheres, mas também *entre* mulheres lésbicas e *contra* mulheres lésbicas. Corrêa (op.cit.) demonstrou em sua pesquisa que a “fraqueza” das mulheres não é apenas estruturalmente produzida: ela é aceita como um dado, incorporada pelas próprias mulheres como parte da sua definição social, e

portanto, por elas mesmas reproduzida. Ao mesmo tempo, este atributo socialmente construído pode ser manipulado pelas mulheres, contextualmente, como uma força, como um atributo que pode justificar certos comportamentos violentos.

Segundo Gregori (1992), “A violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar.” (p.123)

Na explicação geral, a responsabilidade é atribuída a uma ordem normativa que hierarquiza papéis e padrões de comportamento para os sexos. Porém, na descrição que fazem dos casos há claramente um agente que coage, reprime e agride, e outro que é vitimado por essas ações e, quando muito, resiste ou reproduz/repete/imita ações do mesmo tipo. (Gregori, op.cit., p.124)

Em outras palavras, a mulher é sempre vitimada e concebida como passiva, sendo qualquer intenção de ação, resignificada como reação. Uma outra crítica de Gregori é a de que muitos escritos e pesquisas feministas descrevem as relações de violência entre casais como uma relação tipicamente marcada pela violência, ignorando marcadores de classe, etnia, idade etc. No caso de relações lésbicas, no entanto, há ainda outras questões em cena, pois não se trata de uma “guerra de sexos”.

Se as pesquisas criticadas por Gregori consideram “as situações de violência contra a mulher são fruto de uma condição geral de subordinação” (p.124) da mulher, poderiam assim também entender a violência de ex-maridos contra mulheres que se assumem como lésbicas. Mas como explicariam a prática da violência entre duas mulheres que se assumem numa relação homossexual?

Gregori sugere que sejam incorporadas as ambigüidades e tensões das relações de gênero, o que permitiria uma análise das combinações particulares, em cada relação, dos “padrões mais gerais de conduta”. Considerando-se as diversidades, retira-se o foco do plano dos padrões e o desloca para o plano das condutas.

No caso da violência entre lésbicas ou contra lésbicas, acredito que haja uma tensão de gênero incorporada como violência. E, nesse caso, a violência pode ser entendida como uma forma de relação interpessoal manifestada, e apenas a análise de cada caso particular é que poderia nos mostrar que tipo de comunicação entre o casal está sendo traduzida como uma ação violenta. Se entendermos que a violência pode ser “uma forma de comunicação,

ainda que perversa, entre parceiros” (Gregori, op.cit., p.134), não seria adequado pensarmos em ação ou reação violenta, mas numa *relação* violenta. Nesse sentido, não há necessariamente um dominado e um dominador, mas um processo de comunicação cujos códigos simbólicos para a agressão física são estipulados pelas partes envolvidas, já que “o conjunto de referências da maioria das mulheres é o mesmo dos seus agressores” (Gregori, op.cit., p.196). Portanto, os motivos que desencadeiam a agressão pertencem às tensões particulares de cada caso.

As cenas em que os personagens se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações – disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc. (Gregori, op. cit., p.183)

Por se tratar de uma comunicação cujos códigos são inteligíveis para o casal, nos casos que entrevistei, não notei, em momento algum, que as lésbicas agredidas pudessem não compreender “os motivos” do/a agressor/a. Ainda que não os aceite ou não concorde com eles, os motivos do/a agressor/a parecem ser, de alguma forma, sempre inteligíveis às agredidas. E os motivos, na fala das entrevistas, podem variar desde a diferença de classe social do/a agressor/a, os ciúmes ou o uso de drogas.

Torna-se pertinente citar que, nessas relações violentas, não somente a agente agressora fazia uso de drogas, mas também aquelas que sofreram a violência. Mesmo assim, o uso de drogas acaba sendo, para as mulheres agredidas, um dos elementos que torna inteligível o comportamento violento da companheira ou do ex-marido.

(A) relação que [a mulher] estabelece com aquele que a agride é de intimidade – um laço que supõe uma tensão, mas também uma simbiose entre ódio e amor. A luz está focada nesse agente concreto e não na ordem de padrões culturais que enlaça – de um certo modo – a relação que estabelece com ele. (Gregori, op.cit., p.196)

Contudo, é importante notarmos que nos casos entrevistados desta pesquisa, seja por parte da atual companheira ou por parte do ex-marido, o maior número de ações violentas foram cometidos contra as mães biológicas. Não ignoro que as companheiras das

mães biológicas muitas vezes também sofrem agressões e hostilidade por parte dos ex-maridos ou da família de origem da sua companheira, mas estas mesmas mulheres acabam por produzir outro tipo de violência contra as suas companheiras que são mães biológicas. Parece haver uma linha divisória muito distinta entre a mãe biológica e a companheira da mãe. Ainda que as companheiras muitas vezes exerçam a maternagem, nos casos entrevistados, pude notar que o lugar da mãe biológica é sempre inquestionável, bem como Sarti (1994) identificou em sua pesquisa sobre famílias heterossexuais de classe popular:

No caso da mãe, o vínculo biológico não perde sua força simbólica. Chamar várias mulheres de mãe não exclui a idealização do laço biológico mãe-filho. O trabalho de Fonseca (s/d) mostra como, mesmo nos casos em que a criança é cuidada por outras que não sua mãe biológica, esta é reconhecida e reivindica o status de verdadeira mãe. ‘Mãe também é quem criou, mas a verdadeira mãe é uma só’ (p.52).

Segundo Chauí, ignorar a ação das mulheres nos episódios de violência, conceber tal ato apenas como reação ou reprodução, é uma forma de “manter a ‘estrutura’ básica que faz operar a violência.” (Gregori, op.cit., p.131) Essa “estrutura” é o imaginário no qual a mulher está destinada ao espaço doméstico e à reprodução, próxima da natureza, como um ser movido por instintos, por amor e para a renúncia, *para* o outro. Nesse sentido, “A mulher tem seu destino preso a ‘ser para o outro’ em função da maternidade” (idem, p.132). Gabb (1999), num artigo sobre o lugar da sexualidade nas famílias lésbicas, compartilha essa sugestão:

Continuar o mito cultural de que mães são os outros sem sexo e sem *self*, de suas crianças carentes, meramente perpetua a lógica patriarcal que subordina às mulheres à sua condição de esposas (Van Every citada por Gabb). As mulheres são transformadas de objeto sexual a sujeito alimentador quando entramos na questão da maternidade, sendo sempre definidas pela narrativa reprodutiva [heterossexual]⁵ (Gabb, op.cit.,p.16).

⁵ “To continue the cultural myth that mothers are the sexless, selfless others of their needy children, merely perpetuates a patriarchal logic that subordinates women through wifhood. Women transform from sexual object to nurturing subject as we enter into motherhood, being always defined by the reproductive (heterosexual) narrative.”

Dessa forma, a mulher lésbica que não renuncia totalmente às expectativas sociais para a conduta feminina, ao se tornar mãe, é alocada, nas estruturas binárias da violência, calcadas em relações hierárquicas de gênero, como um sujeito incapaz de ação, um sujeito capaz, no máximo, de uma reação para sua defesa.

O pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir para reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para esse tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima (Gregori, op.cit., p.184).

Conclusão

A mãe lésbica que reconhece a sua maternidade como instituição (Rich, 1986) torna-se um não-sujeito vulnerável à ação violenta do outro, podendo ser esse outro um homem (ex-marido, pai, irmão) ou uma mulher (companheira, mãe). Além disso, torna-se um não-sujeito marginal, dada sua orientação sexual “não convencional”.

A lésbica que também é mãe vive num interstício entre a parentalidade e a homossexualidade, numa fronteira marginal que não lhe oferece integralmente todos os direitos da maternidade e nem os da homossexualidade, mas que lhe atribui todas as condições “desfavoráveis” que ambas as categorias podem conter. De um lado, é dela exigida a maternidade como instituição, que associa a mulher ao doméstico e à renúncia de sua própria vida. De outro lado, uma orientação sexual discriminada. No conjunto, uma mulher que é mãe e lésbica, mas, do ponto de vista da moral social, uma mãe irresponsável por ter se assumido como lésbica, e uma lésbica incoseqüente por envolver uma criança num assunto que “só diz respeito ao casal, entre quatro paredes” (como várias pessoas se referiam à homossexualidade quando opinavam sobre minha pesquisa).

Ainda que tais categorias – “mulher” e “lésbica” - sejam construções sociais e atos performáticos criados a partir da oposição entre as expectativas para o feminino e o masculino, podem ser incorporados e reproduzidos *em relações lésbicas hierarquicamente construídas*. As ações e comportamentos são sempre paródias de um modelo ideal, ressignificações desse modelo, mas as relações hierárquicas podem continuar reproduzindo,

em certa medida, as estruturas de uma oposição idealizada entre o masculino e o feminino. E, nesse contexto, a associação dos privilégios masculinos com a agressão reconquista o seu espaço, mesmo nas relações entre mulheres.

Segundo Gabb (op.cit.), a experiência dos estilos de vida das famílias lésbicas, ao ganharem visibilidade, podem contribuir muito mais que a identidade de mãe ou de lésbica. É a experiência particular de cada configuração familiar lésbica que pode, através das práticas cotidianas, de seu estilo de vida, revelar o seu caráter transgressor, porque tem o potencial de transcender o binarismo dos sexos e transformar a corporificação dos papéis de gênero e parentalidade, todos os dias.

Desta forma, trata-se de perceber as partes constantemente conflitivas que compõem as vidas das mães lésbicas. Fazendo referência à premissa feminista de que o pessoal é político, Gabb propõe que as mães lésbicas articulem as partes que compõem o seu *self*. A visibilidade desta articulação seria uma estratégia para transcender o binarismo “mãe assexuada” x “lésbica sexualmente desviante” e mostrar a particularidade das experiências das famílias lésbicas, sem a submissão da maternidade lésbica ao modelo tradicional da maternidade (com todas as suas conseqüências físicas e simbólicas) e sem a supressão da sua sexualidade. E, aqui podemos acrescentar, sem a reprodução das hierarquias de gênero entre mulheres que se encontram em relações lésbicas.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA, Mariza (1983). *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal.
- GABB, Jacqui (1999). “Imag(in)ing the queer lesbian family”. *Journal of the Association for Research on Mothering: Lesbian Mothering*, v.1, n.2, pp. 9-20.
- GREGORI, Maria Filomena (1992). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra.
- HART, Lynda (1994). *Fatal women: lesbian sexuality and the mark of aggression*. London, Routledge.

- MARTINS, Flávia. "A namorada de mamãe". *Revista Um Outro Olhar*, São Paulo, ano 15, n.44, p.27, fev.2001.
- NEWTON, Esther (1985). "The Mythic Mannish Lesbian: Radclyffe Hall and the New Women". In: *The Lesbian Issue: essays from SIGNS*. Chicago, Univ. Chicago Press.
- RICH, Adrienne (1980). "Compulsory heterosexuality and lesbian existence". In: *Signs*, v.5, n.4, pp.631-660.
- _____ (1986). *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York; London, W. W. Norton & Company.
- ROBSON, Ruthann (1994). "Mother: the legal domestication of lesbian existence". In: Card, Claudia (ed.). *Adventures in lesbian philosophy*. Bloomington; Indianapolis, Indiana University Press.
- SARTI, Cynthia Andersen. "A família como ordem moral". *Cadernos de Pesquisa*, n.91, nov. 1994, pp.46-53.
- SCHNEIDER, David (1968). *American kinship: a cultural account*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- _____ (1997). "The power of culture: notes on some aspects of gay and lesbian kinship in America Today". *Cultural Anthropology*, v.12, n.2, pp.270-278.
- SOUZA, Érica Renata de (1999). *Questões de gênero na infância e na escola*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 212 p.